

As reformas no Segundo Grau

14 JUL 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

Educação

Na divulgação da proposta do Ministério da Educação (MEC) sobre a mudança no ensino de Segundo Grau — encaminhada para exame do Conselho Nacional de Educação —, destacou-se quase tão-somente o grau de liberdade que se concede aos sistemas de ensino e aos projetos pedagógicos das unidades escolares. Pela proposta, eles poderão dispor de 25% da carga horária mínima — ou seja, de 600 horas anuais —, para incorporar à matriz nacional comum uma parte específica que atenda ao contexto regional e/ou local, ao interesse da clientela e aos objetivos peculiares acaso estabelecidos por cada escola.

Esse é um aspecto relevante e positivo, a se julgar pelo aplauso* recebido da maioria dos secretários estaduais da Educação. Ele não pode, porém, ser enfocado com exclusividade tal que deixe perder-se a transformação profunda — e, sem dúvida, polêmica — que a proposta contém. A começar pela integração do ensino médio à educação básica. O ensino médio, ressalte-se, guarda pouca ou nenhuma relação de equivalência com o até agora chamado ensino de Segundo

Grâu. A proposta do MEC se situa na linha de inovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro passado, justo na época de desmobilização dos interesses e atenções pelas comemorações do ciclo natalino. Ela confere ao ensino médio a identidade que o ensino de Segundo Grau jamais teve, pois sempre sofreu a influência do vestibular. Caracterizando o ensino médio como etapa terminal da educação básica, a proposta o livra da pedagogia de transição, que empobreceu o ensino de Segundo Grau. Dando em quê? — se indagará.

O objetivo é um estudante preparado para o exercício da cidadania mediante o desenvolvimento de competências e valores que lhe permitam integrar ao projeto social o projeto pessoal; orientado para o mundo do trabalho, através do domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos do processo produtivo; e capacitado para níveis mais complexos de estudos.

Há palavras-chave nessa caracterização. Competências, por exemplo, que não se confundem com simples conteúdos conseguidos num ensino

compartimentalizado em disciplinas. Há muitas maneiras de assimilar competências; e o ensino médio terá que avalizá-las todas. Quanto ao domínio dos processos produtivos, ele é bem diferente da proposta da Lei 5.692, de absorção de esquemas resolutivos já assentados. É a diferença entre o simples fazer e o versátil saber fazer, condizente com a atualidade da globalização.

Tal inovação se estrutura sobre a base curricular nacional e comum, no ensino fundamental como no ensino médio. Essa base é sempre organizada segundo o modelo de áreas de conhecimento — Códigos e Linguagens; Sociedade e Cultura; Ciência e Tecnologia — e não mais segundo o modelo linear de estudos por disciplinas. Sobre essa matriz vai-se erguer a parte diversificada, de competência dos sistemas ou mesmo das escolas, adequada ao meio econômico, ao meio social e aos ideais de vida vigentes. Procura-se quebrar, assim, a rigidez do modelo anterior, inviável num país de tantas di-

versidades como o Brasil. E tanto mais inviável quanto mais se expandir quantitativamente! O ensino de Segundo Grau cresceu 68,2% no período 1984-1995. Pela proposta, quebra-se o modelo anterior, flexibilizando até mesmo as formas de agrupar os alunos: por séries e períodos semestrais, tanto quanto por níveis de adiantamento; por alteração regular entre períodos

de aulas convencionais e períodos de atividades profissionais e exercícios escolares em casa — opção interessante para o meio rural —; e por concomitância entre ensino médio e habilitação profissional em instituição especializada.

As críticas, sempre legítimas, que a proposta suscitará não devem esquecer que nela pode estar uma saída para o desafio de absorver no ensino médio mais do que os ridículos percentuais do momento — 16,6% dos jovens na faixa etária de 16 a 19 anos. E de que, a continuar o ensino médio como está, o crescimento se dará inexoravelmente com perda de qualidade.

A proposta do MEC visa a quebrar a rigidez do atual modelo, inviável num país como o Brasil